



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Esplanada dos Ministérios Bloco L sala 200 Ed. Sede - Cep 70 047-900
Telefones 2104. 9377 /2104 9381 e Fax 2104 9362
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória – 18ª Reunião Ordinária

Data: 24/04/2008, das 10:00 às 16:00h.

Local: 2ª Câmara do Centro Cultural Evandro Lins e Silva – edifício da Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres (SPM-L2 sul).

Participantes:

- Ana Margarida Koatz – MCid
- Berenice Rosa – Fórum organismos/municípios
- Cecília Teixeira – Fórum organismos/estados
- Célia Maria Farias Vieira - MDS
- Danielle Cancela Cronemberger – MPOG
- Gleyse Peiter – Furnas/MME
- Graça Carvalho – SPM
- Inajara Ferreira – MJ
- Isabella Ferreira – MMA
- Leonor Costa – MTE
- Lia Zanotta – CNDM
- Lourdes Bandeira – SPM
- Lourdes Leitão – Fórum organismos/estados
- Luana Simões Pinheiro – SPM
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Maria Beatriz de Faria – MME
- Maria Cláudia Canto Cabral – MinC
- Maria de Fátima Kobielski – MTE
- Maria Márcia S. Leporace – SPM
- Maria Elisa Almeida Brandt – MEC
- Masra de Abreu Andrade – SPM
- Pedro Pontual – SEDH
- Regina Viola – MS
- Rosana Oliveira – MEC

1) Aprovação do Regimento discutido na reunião do dia 27/03

A reunião foi iniciada pela leitura da última versão do Regimento Interno do Comitê, discutida na 17ª reunião ordinária, para sua aprovação. Diversas foram as colocações dos/as presentes e, entre as definições tomadas, cabe destacar:

- Inclusão da Caixa Econômica Federal como integrante permanente do Comitê, em razão de ser ela o órgão responsável pela execução dos programas do Ministério das Cidades, o que a tornaria bastante importante para o monitoramento das ações do MCid no II Plano;
- Que cabe ao Comitê, fomentar a construção e alimentação de Sistemas de Monitoramento dos Planos estaduais e municipais que estejam articulados com o Sistema do Plano Nacional. Nesse sentido, faz-se necessária, a cada encontro do Fórum de Mecanismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, uma parceria direta com a SPM para a construção de uma estratégia de monitoramento das ações do PNPM na ponta;
- Que cada instituição terá direito a apenas um voto, à exceção da representação do Conselho, com três votos, e do Fórum de Mecanismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, com 4 votos, sendo 2 de representações municipais e 2 de estaduais;
- Que instituições/pessoas convidados/os não terão direito a voto;
- Que havendo faltas não justificadas a 3 reuniões consecutivas ou mais da metade das reuniões ordinárias do ano, as representações deverão ser alteradas pelos órgãos.

As demais propostas aprovadas foram contempladas no novo Regimento do Comitê, que segue em anexo a esta Ajuda-Memória.

Ainda neste ponto de pauta, foram levantadas algumas questões importantes:

1.1. Sobre os Comitês de Gênero nos órgãos da administração pública federal

A representante do Ministério da Saúde destacou que tais instâncias seriam de fundamental importância, pois funcionariam tanto para disseminar, no interior das instituições, a temática de gênero e a necessidade de se desenvolverem políticas com este enfoque, quanto para ajudar no monitoramento do Plano e na circulação de informações entre as diferentes áreas. Na mesma linha, uma das representantes da SPM acrescentou que os comitês teriam papel determinante na construção de uma política de gênero, já que ainda enfrentamos, hoje, uma situação na qual o trabalho fica na mão de pessoas comprometidas com o tema, não sendo totalmente institucionalizado.

O representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos questionou sobre o modelo deste Comitê nos órgãos vinculados à Presidência da República, pois poderia-se ter apenas um que abrangesse todos os órgãos que integram a PR, ou um para cada órgão específico.

Frente a esta colocação, chegou-se à conclusão que cada órgão deverá desenvolver estratégia própria de constituição de seu Comitê – ou mecanismo similar –, não sendo adequada a construção de uma proposta única de funcionamento destas instâncias, visto que cada instituição conta com uma dinâmica diferenciada. Cabe, portanto, ao Comitê de Monitoramento do Plano se posicionar recomendando a criação de comitês de gênero ou similares, mas não apresentando proposta de criação e/ou funcionamento para os mesmos.

Definiu-se, então, que a SPM socializará junto a todos/as os/as integrantes do Comitê as experiências daqueles órgãos que já contam com comitês de gênero em suas estruturas e se colocará à disposição para auxiliar e dar suporte técnico neste processo. Serão encaminhadas as portarias hoje existentes que instituem tais instâncias, bem como acordou-se que na próxima reunião ordinária, os Ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia apresentarão suas experiências na área.

1.2. Nova data para a 19ª Reunião Ordinária do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM

Em virtude da comemoração, no próximo dia 28/05, do Dia Internacional da Luta pela Saúde da Mulher, ficou definido que a 19ª reunião do Comitê será realizada no dia 05/06, estando mantidas as demais datas acordadas anteriormente.

2) Apresentação de proposta de roteiro para o documento de avaliação do I PNPM

Em seguida, passou-se à discussão da proposta de roteiro para o documento de avaliação do I PNPM. Sobre este ponto definiu-se que:

- O objetivo do documento é produzir uma memória das realizações dos últimos 3 anos, que apresente os avanços alcançados e os desafios ainda a serem enfrentados, bem como as dificuldades do período. Serve, portanto, como instrumento de monitoramento e também de controle social;
- O documento trará uma discussão sobre transversalização horizontal (entre órgãos da administração federal), vertical (entre os diferentes entes da federação) e entre governo e sociedade civil;
- As instituições devem apresentar exemplos de boas práticas vivenciadas entre 2005 e 2007;
- Em relação às dificuldades e avanços enfrentados por estados e municípios, deve-se levar em consideração o material produzido nas conferências estaduais/regionais, já que não há tempo para se trabalhar uma estratégia mais aprofundada que envolva entrevistas junto a gestores estaduais e municipais.

A representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher destacou que, para além da construção de um documento de avaliação, é fundamental que o Comitê realize “reuniões estratégicas”, nas quais os ministérios e secretarias apresentem as principais dificuldades que encontram internamente para o desenvolvimento das ações e, a partir daí, sejam construídas estratégias para o enfrentamento de tais situações.

Ficou acordado que a SPM reorganizará a proposta de documento que será apresentada na próxima reunião para aprovação e definição de prazos.

3) Apresentação dos orçamentos e prioridades para 2008 de cada ministério

Finalmente, passou-se a discutir a definição dos orçamentos por ação do Plano, tal como havia sido acordado na última reunião. A coordenadora do Comitê iniciou dizendo que sabia que vários órgãos não tinham cumprido o combinado, em função de diversas dificuldades internas e que seria necessário que fosse fechado um acordo entre os/as integrantes do Comitê, pois o Plano deverá ser impresso o mais rápido possível e isso depende da definição orçamentária. Destacou que esta foi uma determinação da Ministra e que, a exemplo de todas as agendas sociais do governo, deverão ser estimados os recursos a serem investidos nos próximos quatro anos.

A representante do Ministério da Educação fez uma intervenção na qual criticou o processo de construção do Plano destacando que o prazo foi muito curto e que isso não possibilitou a realização de todas as articulações e definições necessárias no MEC. Por conta desta construção apressada, vários erros foram identificados na versão final do Plano e estão tendo que ser corrigidos agora. Além disso, destacou que o Aviso Circular que a Ministra encaminhou demorou muito para chegar nos ministérios e, assim, não foi possível definir, junto às secretarias do MEC, os orçamentos específicos. Para isso, seria necessário pelo menos mais um mês de trabalho. Em virtude das dificuldades encontradas no Ministério, destacou que seria importante que a SPM tivesse maior protagonismo e contasse com estratégias mais efetivas de contato e articulação com os ministérios e secretarias executoras da política de gênero. Por fim,

solicitou que as modificações pontuais ao Plano apresentadas por cada ministério fossem compiladas pela SPM e socializadas por e-mail a todos/as os/as integrantes do Comitê.

Em relação às dificuldades em se definirem os orçamentos de cada ação, a representante do MDS destacou que acha bastante complicado publicarmos o orçamento do Plano, pois o mesmo é bastante dinâmico e muda constantemente em função dos contingenciamentos e liberações de recursos. Que ainda não é possível prever o impacto dos cortes sofridos pelo Ministério e que assim será difícil assegurar o cumprimento das metas. A representante do Ministério da Saúde, compartilhando destas preocupações, acrescentou que a publicação desta previsão orçamentária não se presta nem mesmo ao controle social, uma vez que não é a informação mais atual e que as organizações podem acessar o orçamento por meio de outras fontes, como o Siafi.

A coordenadora do Comitê ressaltou, a partir destas falas, que compreende as dificuldades daquelas que se manifestaram, até porque são problemas comuns a todos os órgãos, inclusive à SPM, mas que para as demais agendas sociais foi feito um esforço no sentido de se definirem os orçamentos e que o mesmo poderia ser feito para o II Plano. Combinou, então, que as/os integrantes do Comitê teriam até o dia 05/06, data da próxima reunião, para apresentarem seus orçamentos 2008-2011 e ações prioritárias para 2008. Cabe registrar que o MinC entregou o orçamento de suas ações no Plano para o ano de 2008.

4) Informes

4.1. A representante do Ministério do Meio Ambiente informou que entre os dias 07 e 11 de maio será realizada a 3ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, para a qual a Ministra Nilcéa Freire será convidada a discursar sobre o tema “gênero e mudanças climáticas” e sua relação com o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

4.2. A representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher apresentou uma demanda da Rede Feminista de Saúde em relação à ação 3.10.1 do II PNPM, qual seja “Articular com o poder legislativo e o movimento social a elaboração/revisão de leis e/ou projetos de lei com a finalidade de ampliar a garantia do direito à saúde, contemplando os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres, e fortalecer o Sistema Único de Saúde”. A proposta que a Rede apresenta refere-se à importância de se explicitar a questão do aborto no texto da ação que, da forma como encontra-se hoje, enfraquece bastante o debate. A ação passaria a contemplar: “Articular com o poder legislativo e o movimento social a elaboração/revisão de leis e/ou projetos de lei com a finalidade de ampliar a garantia do direito à saúde, contemplando os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres com a finalidade de ampliar a garantia do direito à saúde, apoiando a revisão da legislação punitiva da interrupção voluntária da gravidez”.

A representante do Ministério da Saúde destacou que essa é uma reivindicação que deve ser discutida no interior do Ministério, não podendo ela tomar qualquer decisão a respeito da possibilidade de alteração do conteúdo da ação. Comprometeu-se a levar a proposta para ser discutida pelas instâncias responsáveis – tanto técnicas, quanto jurídicas – no âmbito do MS.

Nesse sentido, a representação da Casa Civil da Presidência da República destacou que esta é uma mudança que não é apenas de forma, mas de conteúdo das ações. Que havia sido aberta a possibilidade de se discutir nesta reunião alterações de forma nas ações do Plano, seja por erros, omissões ou excessos, mas que alterar conteúdo não é tão simples, uma vez que o Presidente assinou o Decreto instituindo este Plano e não um outro que pudesse ser alterado posteriormente. Ratificando a argumentação da Casa Civil e a complementando, foi destacado, ainda, que a redação desta ação foi aprovada na forma como aparece no II PNPM nas reuniões de elaboração do Plano, em janeiro.

Diante do exposto, a representante do CNDM solicitou que ainda assim a questão fosse discutida no interior do Ministério da Saúde e que a redação, no mínimo, fosse alterada para:

“Articular com o poder legislativo e o movimento social a elaboração/revisão de leis e/ou projetos de lei com a finalidade de ampliar a garantia do direito à saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, e fortalecer o Sistema Único de Saúde”. Sua defesa, no entanto, é para que o texto seja “Articular com o poder legislativo e o movimento social a elaboração/revisão de leis e/ou projetos de lei com a finalidade de ampliar a garantia do direito à saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, contemplando a revisão da legislação punitiva da interrupção voluntária da gravidez e fortalecer o Sistema Único de Saúde”.